

ANPACIN E OS SURDOS DE MARINGÁ E REGIÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

ANPACIN AND THE DEAF IN MARINGÁ AND THE REGION: A DOCUMENTARY ANALYSIS

Vinícius Hidalgo Pedroni¹

UFT

Victória Hidalgo Pedroni²

UEM

Resumo: Este artigo apresenta uma análise documental histórica a partir da leitura das atas de reuniões de uma instituição destinada a educação de surdos localizada na região norte do Estado Paraná, acrescida de relatos dos autores que frequentaram a instituição na condição de alunos surdos. O texto destaca o papel desempenhado por esta instituição, no que se refere a sua mudança de perspectiva educacional, outrora focada na reabilitação (oralismo), mas que atualmente faz uso de uma metodologia de ensino que centraliza suas ações na diferença e não na deficiência (bilinguismo). Por fim, o texto destaca os ganhos com essa mudança de perspectiva.

Palavras-chave: Escola de surdos; bilinguismo; inclusão social.

Abstract: This article presents a historical documentary analysis based on reading the minutes of meetings of an institution dedicated to the education of the deaf located in the northern region of the State of Paraná, plus reports from the authors who attended the institution as deaf students. The text highlights the role played by this institution, with regard to its change in educational perspective, once focused on rehabilitation (oralism), but which currently uses a teaching methodology that centers its actions on difference and not on disability (bilingualism). Finally, the text highlights the gains from this change in perspective.

Keywords: School for the deaf; bilingualism; social inclusion.

Submetido em 03 de julho de 2024.

Aprovado em 20 de dezembro de 2024.

Introdução

Neste artigo, pretendemos apresentar as contribuições no campo educacional e social oferecidas por uma instituição de ensino voltada para a educação de surdos, atualmente denominada Colégio Bilíngue para Surdos de Maringá e região, mas que iniciou suas atividades como uma associação de pais e professores de surdos denominada

¹ Universidade Federal do Tocantins, Arraias, Tocantins, Brasil. E-mail: pedroni.vinicius@uft.edu.br.

² Aluna de doutorado no PPE – Programa de Pós Graduação em Educação da UEM – Universidade Estadual de Maringá.

ANPACIN – Associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil, cujo objetivo inicial era habilitar crianças diagnosticadas com deficiência auditiva a fazerem uso da língua portuguesa nas duas modalidades, a oral e a escrita, através da metodologia do oralismo. Aqui, buscou-se realizar uma análise documental visando inferir as atuações dessa instituição que impactaram na possibilidade ou não da inclusão de pessoas privadas da capacidade de perceber a energia sonora propagada no espaço, chamados de Surdos³ ou deficientes auditivos.

Para a realização desse empreendimento, fizemos uso de uma metodologia de pesquisa denominada análise documental, cujo objetivo é a “representação condensada da informação a fim de evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 2011, p.46). De acordo com a pesquisa realizada por Cellard (2008), a investigação documental utiliza-se de documentos, o que é amplamente utilizado em diversas áreas de conhecimento. No entanto, é importante ressaltar que a definição exata do termo é desafiadora, uma vez que abrange diversas interpretações e conteúdos. Para o autor, o documento é visto como uma forma de prova, um instrumento escrito que, de maneira legítima, confirma aquilo que está sendo atestado, utilizado para registrar, provar ou confirmar fatos ou acontecimentos.

Nas palavras do autor:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Assim, nossas inferências partiram da leitura que fizemos de diferentes atas escritas ao longo das reuniões realizadas pela instituição, desde sua fundação até os dias atuais, buscando comentar as implicações que as decisões tomadas nessas reuniões proporcionaram na vida não apenas dos surdos que frequentam a instituição, mas também da comunidade surda em geral.

³ Utilizamos aqui o termo Surdo com letra maiúscula como referência aos surdos que construíram uma identidade surda a partir da ambiência e influência dos artefatos culturais surdos, tais como; língua de sinais, arte surda, narrativas surdas, etc.

A escolha do tema deu-se em razão das nossas experiências como alunos da instituição em questão. Ambos nascemos surdos e ao longo de nossa trajetória existencial, experimentamos diferentes processos educacionais que contribuíram para a construção de nossa subjetividade e, sobretudo, para nossa formação profissional e nossa atuação como professores da disciplina de Libras em universidades públicas. No entanto, uma fase significativa desse processo foi o período em que frequentamos a escola mencionada, cursando a educação infantil, o ensino fundamental e médio. Devido a essa relevância e em conversas com nossas orientadoras do doutorado, decidimos escrever o presente artigo, como resultado de uma pesquisa historiográfica que realizamos utilizando alguns documentos da instituição, destacando sua importância, contradições e impacto na comunidade surda local, assim como na vida dos surdos que por ela passaram, principalmente o papel desempenhado na inclusão social dos surdos.

Sobre a fundação da instituição

A ANPACIN teve início em 1981, como mencionado anteriormente, com o objetivo de manter um Centro de Reabilitação de Portadores de Deficiência Auditiva no município de Maringá e região. Em 26 de outubro de 1981, reunidos no salão do restaurante Monte Líbano, que à época localizava-se na Avenida Anchieta 1055, pais, professores de surdos e membros do Lions Clube Catedral de Maringá, presidido pelo Sr. Walter José Progiante, procederam à leitura e apresentação do estatuto de fundação da instituição que passou a ser conhecida como ANPACIN, conforme cópia da ata apresentada abaixo.



1

Termo de Abertura

O presente livro que contém 100 folhas devidamente numeradas, é destinado às atas das reuniões realizadas pela Associação Norte Paranaense de Estudos e Comunicações Infantis.

Maringá, 26 de outubro de 1981.

Ata de Fundação da Associação Norte Paranaense de Estudos e Comunicações Infantis A. A. G. A. C. S. S.

Aos vinte seis (26) dias do mês de outubro do ano de hum mil, novecentos e oitenta, um (1.981), nesta cidade, sede do Município, Comarca de Maringá, Estado do Paraná, às 20,30 horas, no salão do Restaurante Monte Líbano, sito na Avenida Anchieta nº 1.055, conforme Edital de Convocação datado de 23 de outubro de 1.981, e publicado no jornal "O Diário Norte do Paraná", nos dias 23 e 25 do corrente mês, Tmo. Reuniram-se o Sócios Clube Maringá Catedral, sob a jurisdição do Sr. Walter José Progiante, e demais Sr. Donadoras, pessoas da comunidade presentes. O sr. presidente deu por aberto os trabalhos, convidando a mim Sr.

Lembramos que no momento em que tal fundação ocorreu, a perspectiva que se tinha em relação ao futuro desejado por uma pessoa acometida pela surdez, no Brasil e no mundo, não era nada promissora, visto que para um surdo assumir uma posição de destaque na sociedade ele precisava demonstrar habilidades bastante semelhantes às apresentadas por uma pessoa não surda, ou seja, habilidades de expressão oral e leitura labial das palavras proferidas pelo interlocutor. Além disso, o surdo ou deficiente auditivo, como era chamado na época, sequer sabia o que seria perspectiva de futuro, uma vez que as decisões sobre a maneira como ele exerceria sua existência pertenciam sempre a outros (pais, professores, médicos e demais profissionais de saúde), pois predominava uma visão clínica da surdez.

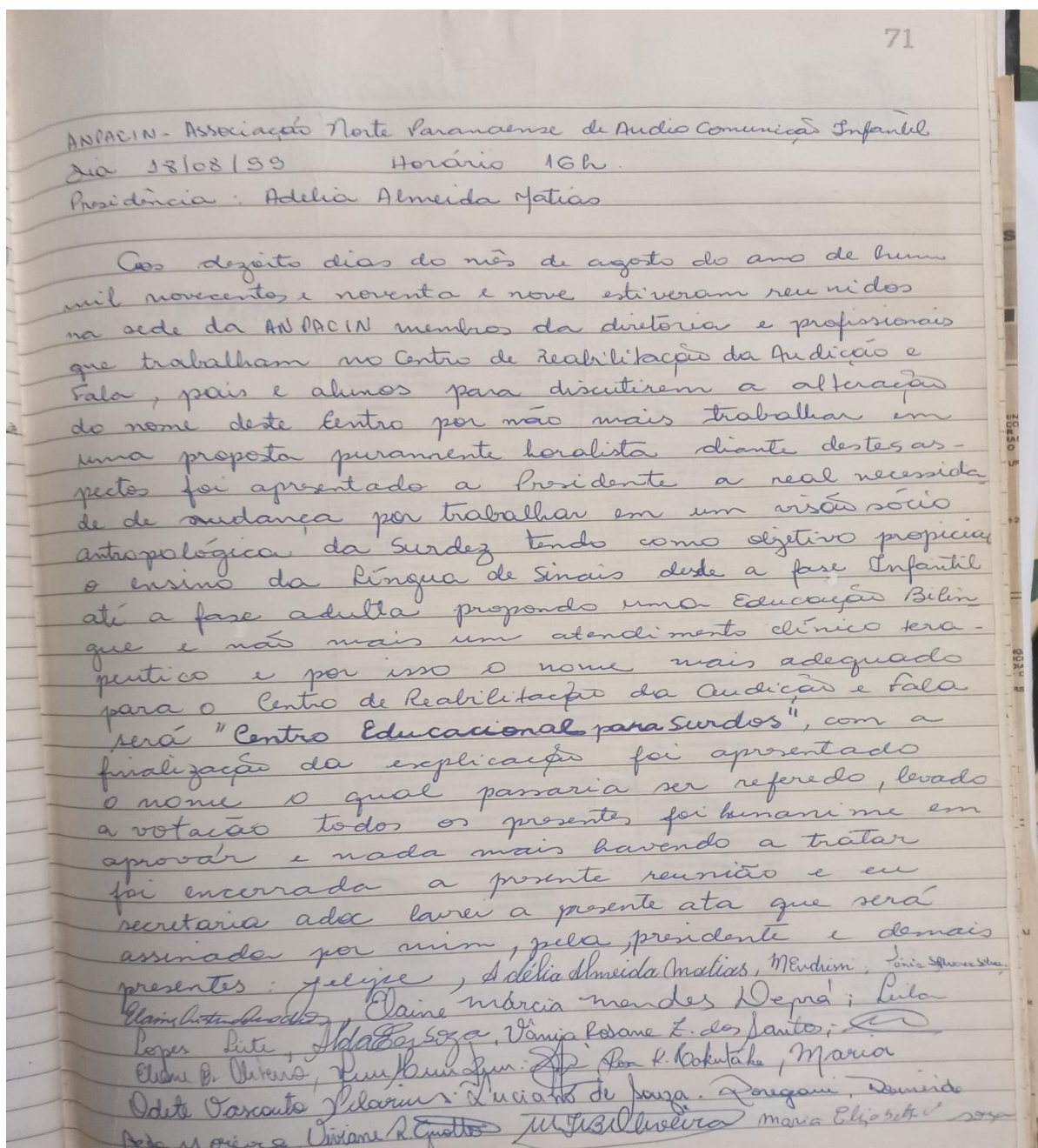
Influenciados pelo congresso mundial sobre educação de surdos realizado na cidade de Milão, na Itália, em 1880, a proposta implantada como metodologia de ensino na instituição foi o oralismo. Sobre isso, Flor; Vanzin; Ulbricht (2013) escrevem que durante a realização da II Convenção Internacional de Milão, na Itália, em 1880, educadores e estudiosos optaram por utilizar somente métodos orais, proibindo qualquer outra forma de comunicação que não fosse oral. Isso resultou mais uma vez na marginalização das características dos surdos.

Essa decisão foi mais uma forma de discriminação e exclusão dos surdos, negando-lhes a oportunidade de se comunicar utilizando a língua de sinais, que é a sua forma natural de expressão. Ao impor apenas o uso dos métodos orais, os educadores e estudiosos presentes na convenção desconsideraram as necessidades e particularidades das pessoas surdas, reforçando estigmas e limitando seu desenvolvimento. É evidente que a abordagem do oralismo não foi bem sucedida, uma vez que buscava apenas adaptar as pessoas surdas à realidade dos ouvintes. Vale lembrar, também, que os surdos foram profundamente afetados pela oralização, pois a proibição do uso de sinais e a obrigação de passar por treinamentos para recuperar a audição desencadearam sentimentos de trauma, discriminação e frustração, deixando marcas duradouras em suas vidas.

Não encontramos registros que apresentassem destaque no campo social, educacional ou profissional dos alunos que à época frequentaram a ANPACIN. O cenário era de pais de alunos, profissionais e equipe diretora insatisfeitos com os resultados obtidos a partir das atividades norteadas pela proposta oralista.

Mudança de perspectiva educacional da instituição.

A insatisfação relatada na proposta oralista de reabilitação dos surdos que frequentavam a instituição chegou a tal ponto que seus agentes educacionais reunidos em assembleia optaram por transformar o centro de reabilitação em um centro educacional para surdos de Maringá e região, visando oferecer formação escolar a esses alunos a partir de uma proposta educacional não mais centrada no oralismo, conforme ata da reunião realizada em 18 de agosto de 1999 e apresentada a seguir:



Felizmente, ao longo dos anos, a luta pelos direitos e inclusão dos surdos tem avançado, e a língua de sinais tem sido cada vez mais reconhecida e valorizada como uma importante forma de comunicação e expressão para essa comunidade. A Convenção Internacional de Milão de 1880 foi um marco negativo na história dos surdos, mas também serviu como uma motivação para que a luta pelos seus direitos fosse intensificada.

Motivados por essa luta, a equipe diretiva da instituição em questão iniciou um processo de introdução da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, contratando

profissionais surdos, usuários da língua para ensiná-la não apenas aos alunos, mas também aos professores, profissionais e familiares dos alunos. Também contratou surdos adultos usuários da língua para serem monitores e conviverem com os alunos no ambiente escolar, servindo de referência linguística e cultural a todos os frequentadores da instituição. Apresento isso como um relato da minha própria experiência, pois foi nesse período que frequentei a instituição e pude então presenciar todos esses acontecimentos. Vale destacar aqui a atuação da diretoria da "Escola ANPACIN", assim conhecida regionalmente, a pessoa da Prof.^a Yara Maria de Oliveira Felipe e da coordenadora pedagógica da época, Prof.^a Marieusa Endrisse Sander, pela luta incansável na implantação dessa proposta diferenciada que mudou os rumos da educação de surdos de Maringá e região. Ambas foram imprescindíveis no processo de tomada de decisão da direção da instituição, no que se refere à adoção desta nova proposta de ensino. Lembrando, ainda, que no Paraná, o Centro Educacional em questão foi pioneiro nesta proposta.

A proposta do uso da Língua de Sinais na educação de surdos tem suas bases no modelo bilíngue de educação, que se utiliza de duas línguas no processo de ensino. A ideia de implementar uma proposta educacional bilíngue para surdos como uma demanda global surgiu a partir dos movimentos iniciados nos anos 1980. Segundo Skliar (1998), a educação bilíngue para surdos vai além de simplesmente incluir a Língua de Sinais no currículo escolar, sendo necessária uma mudança na proposta pedagógica e uma efetiva inserção das questões culturais surdas. O autor defende a construção de uma nova arquitetura educativa baseada em uma ideologia do fazer surdo. O sucesso ou fracasso dos programas educacionais bilíngues para surdos está diretamente ligado à qualidade do serviço e à política pública adotada. No Brasil, essas discussões ganharam destaque nos anos 1990, com a mobilização de movimentos sociais, liderados por comunidades surdas e apoiados por pesquisadores surdos e ouvintes, em busca do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da implantação da educação bilíngue para surdos no país (Lodi, 2012).

O bilinguismo ou a educação bilíngue para surdos, segundo Quadros (2011), é único em relação a outros contextos bilíngues, como o ensino de duas línguas orais, por exemplo. Neste caso, o processo é atípico, pois envolve línguas de modalidades diferentes - uma oral auditiva e a outra visual - o que torna o desafio ainda maior para alunos surdos

e educadores. Contudo, essa proposta se efetiva como a melhor, ou talvez única, possibilidade de ascensão social, educacional e profissional para os surdos, uma vez que a proposta é criar ambientes linguísticos adequados para que crianças surdas adquiram a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) dentro do tempo esperado de desenvolvimento linguístico, semelhante ao das crianças ouvintes. Além disso, buscase que essas crianças também aprendam o português como segunda língua (L2). O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

Ao mesmo tempo em que a proposta bilíngue foi implantada na instituição, a equipe diretiva da escola optou por implantar também o ensino médio, visando oferecer aos surdos uma visão ampliada de mundo a partir desse modelo que respeita a surdez em suas diferenças. Antes dessa implantação, os alunos que terminavam o curso fundamental procuravam completar a educação básica em escolas regulares que ofereciam o ensino médio e recebiam os surdos como alunos da educação especial, num processo que visava muito mais a integração do que propriamente a inclusão desses alunos. É o que inferimos no momento da leitura da ata a seguir que trata dessa proposta de oferecer terminalidade a estudantes da Anpacin⁴.

⁴ Utilizamos este termo Anpacin com letra minúscula para nos referirmos ao Colégio Bilingue para Surdos de Maringá, em razão deste ser regionalmente conhecido muito mais pelo nome da associação do que pelo nome do colégio, diferenciando assim, da sigla ANPACIN que se refere a associação mantenedora do Colégio.

REG. DE DOCUMENTOS
Maringá 7965

70

CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Maringá - PARANÁ

Sob n.º 14.728 L.º A.º
Maringá, 08 JUL. 1999

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR
Maringá

REGISTRO 08 JUL. 1999
6904
CUSTAS R\$ 2,47

TT. DOCUM.

ELTO BATARDI DE OLIVEIRA
OFICIAL

MS Ag. 720
Rua Aparecida Donizete de Moraes
- SAC AUTORIZADA -

EMS
R\$ 7,72 VRC/03

ANPACIN - Associação Norte Paranaense de Auidia Comunicação Infantil
n.º 36108/199 - Horário de 16:00 horas.

Presidência: Adília Almeida Matias - Gestão 99/2003

Objeto de solicitação de Ensino médio na Escola Madalena de Maringá - Ensino Fundamental, mantida pela ANPACIN - Associação Norte Paranaense de Auidia Comunicação Infantil."

Em dezesseis dias do mês de Agosto de dum mil e novecentos e noventa e nove, se reuniram nas dependências da ANPACIN, membros da diretoria, do Conselho Escalar, Professores, Pais e Alunos, onde teve início os dezesseis horas, sob a Presidência de Adília Almeida Matias, onde se discutiu a necessidade da implantação do Ensino médio para dar continuidade do Ensino, a Presidente passou a palavra a diretoria para Maria de Oliveira Felipe, onde ressaltou a necessidade de implantação do Ensino médio, que diante de uma organização pedagógica e curricular, garantindo uma visão de mundo ao aluno surdo, diante de suas especificidades linguística, onde as conteúdos seriam ministradas em Língua de Sinais, respeitando sua identidade e cultura própria, privilegiando a formação do aluno surdo para o exercício da cidadania e assegurando a preparação básica para o mercado de trabalho. Após esta explanação a Presidente colocou em votação o projeto solicitando a aprovação de todas, a pauta em questão foi aprovada por unanimidade e nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, e foi encerrada a seguinte declaração, que está assinada por mim,

Como testemunhas oculares deste período, observamos que vários alunos que completaram o ensino fundamental na Anpacin e que buscaram realizar o ensino médio em escolas regulares não obtiveram sucesso, principalmente devido à ausência da Língua de Sinais nesses estabelecimentos de ensino, à falta de profissionais intérpretes e à inexistência da estrutura necessária à época, como por exemplo, salas de recursos para o ensino de Libras para a comunidade ouvinte e de Língua Portuguesa para o surdo "incluso" não faziam parte de realidade na educação de surdos naquela ocasião. Assim, esses surdos retornaram à escola Anpacin a fim de concluírem seus estudos básicos, juntamente com aqueles que terminaram o ensino fundamental e seguiram seus estudos na própria instituição.

Essa implantação conjunta do modelo bilíngue de educação de surdos, com a terminalidade da educação básica, permitiu aos surdos que passaram pelo Colégio Bilíngue de Maringá acessarem vários cursos de graduação oferecidos na região, como por exemplo, aqueles que obtiveram graduação em Pedagogia, Artes Visuais, Web Design, Administração, Agronegócio e outros cursos, em especial o curso de Letras/Libras, oferecido por uma instituição de ensino superior local e pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. É por isso que hoje temos surdos atuando profissionalmente em instituições financeiras da região, contribuindo com a construção de sites que promovam acessibilidade ao grupo e, em sua maioria, professores de Libras atuando em diferentes universidades espalhadas pelo Brasil. Apenas para exemplificar, citamos aqui aqueles que hoje atuam no ensino de Libras na UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, na UEM – Universidade Estadual de Maringá, na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, na UFT – Universidade Federal do Tocantins, além de diversos Institutos Federais de Educação e em Universidades Tecnológicas Federais no Paraná. Todos são ex-alunos desta instituição de ensino que destacamos ao escrever este artigo.

Considerações finais.

O presente artigo, além de evidenciar acontecimentos históricos pelos quais o atual Colégio Bilingue para Surdos de Maringá vivenciou, também destaca o empoderamento e a autonomia conquistada pelos alunos surdos que por ele passaram. Ao

adotar um modelo educacional focado no bilinguismo, os surdos se tornam mais capacitados para tomar decisões e participar ativamente na sociedade, contribuindo para sua inclusão e respeito à diversidade linguística e cultural. Isso sem falar na oportunidade que os surdos tiveram e tem para desenvolver uma identidade surda positiva, reconhecendo e valorizando a língua de sinais e a cultura surda.

Referências:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2011.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa** Brasília: MEC/SEESP, 2014.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FLOR, C. S.; VANZIN, T.; ULBRICHT, V. **Recomendações da WCAG 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web**. Rev. bras. educ. espec.[online], v. 19, n. 2, 2013. p. 161-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Z97pcT9qP5nTWbRQ56NCbgt/?lang=pt> Acesso em: 16 de abril. 2024.

LODI, A. C. B. (2012). **Desenvolvimento de linguagem e apropriação da Libras como primeira língua por crianças surdas e práticas de letramento**. In C. R. M. Giroto, S. E. S. O. Martins, & A. P. Berberian (Orgs.),. Surdez e educação inclusiva (pp. 13-35). Marília: Oficina Universitária.

QUADROS, R. M. de. **O 'BI' em Bilinguismo na Educação de Surdos**. In: FERNANDES, Eulalia. (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2011. P. 27-37.

SKLIAR, C. (1998). **A surdez: um olhar sobre as diferenças** Porto Alegre: Mediação.